continuação

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S.A.

2014, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração (CAD) e recomendado pelo Conselho de Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2015. A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão. **d) Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Foi aprovado o pagamento de parte dos dividendos adicionais propostos no montante de R$ 80.500, correspondentes a R$ 0,46 por ação, com pagamento em 29 de abril de 2014 e no montante de R$ 68.250, correspondentes a R$ 0,39 por ação, com pagamento em 30 de maio de 2014. Em 29 de julho de 2014, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento dos dividendos adicionais propostos no montante de R$ 28.250, correspondentes a R$ 0,16 por ação e, a distribuição de dividendos intermediários à conta de Reserva de Retenção de Lucros no montante de R$ 43.500, correspondentes a R$ 0,24 por ação, com pagamento em 31 de julho de 2014. Em 28 de agosto de 2014, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento dos dividendos intermediários à conta de Reserva de Retenção de Lucros no montante de R$ 70.000, correspondentes a R$ 0,40 por ação, com pagamento em 29 de agosto de 2014. Em 28 de outubro de 2014, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento dos dividendos intermediários à conta de Reserva de Retenção de Lucros no montante de R$ 83.809, correspondentes a R$ 0,48 por ação e, a distribuição de dividendos antecipados de 2014 no montante de R$ 378.691, correspondentes a R$ 2,16 por ação, com pagamento em 29 de outubro de 2014. A Administração propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referente ao exercício de 2014, no montante de R$ 94.000, correspondente a R$ 0,54 por ação, a ser submetida à aprovação na próxima AGO.

Lucro líquido do exercício	669.376
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido	167.344
Dividendos intermediários pagos	378.691
Dividendo adicional proposto	94.000
	472.691

e) Lucro por ação básico e diluído: A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

(Em milhares, exceto lucro por ação)	2014	2013
Numerador		
Lucro líquido do exercício	669.376	661.043
Denominador		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	3,82501	3,77739

20. Receitas	2014	2013
Receitas de pedágio	1.941.117	1.834.855
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	215.239	315.837
Receitas acessórias	28.363	24.588
Receita bruta	2.184.719	2.175.280
Impostos sobre receitas	(150.624)	(144.551)
Abatimentos	(6.739)	-
Deduções das receitas brutas	(157.363)	(144.551)
Receita líquida	2.027.356	2.030.729

21. Resultado financeiro	2014	2013
Despesas Financeiras		
Juros sobre financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantis	(154.810)	(112.038)
Juros sobre mútuos	(5.917)	-
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(46.991)	(16.705)
Perda com operações de derivativos	(74.030)	(23.552)
Juros sobre impostos parcelados	(23.054)	(22.770)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(2.641)	(823)
Capitalização de custos dos empréstimos	28.510	17.381
Valor justo sobre financiamentos (*fair value option*)	(40.095)	(324)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(6.313)	(10.387)
	(325.341)	(169.218)
Receitas Financeiras		
Ganho com operações de derivativos	75.481	4.382
Valor justo sobre financiamentos (*fair value option*)	46.406	31.021
Rendimento sobre aplicações financeiras	7.597	12.048
Juros e outras receitas financeiras	2.990	4.552
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	1.214	129
	133.688	52.132
Resultado financeiro líquido	(191.653)	(117.086)

22. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuados aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2014			2013		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	121.507	-	-	90.791	-	-
Contas a receber	-	6.811	-	-	5.851	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	118.150	-	-	109.017	-
Contas a receber com operações de derivativos	66.467	-	-	-	-	-
Passivos						
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	-	(259)
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(98.095)	-	-	(143.397)
Debêntures (a)	(849.238)	-	(1.268.823)	(565.921)	-	(993.726)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(45.946)	-	-	(61.667)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(9.606)	-	-	(13.096)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(275.134)	-	-	-
Contas a pagar com operações de derivativos	(51.404)	-	-	(16.716)	-	-
	(712.668)	124.961	(1.697.604)	(491.846)	114.868	(1.212.145)

(a) Valores líquidos dos custos de transação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações; • **Contas a receber e contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações; • **Financiamentos em moeda nacional e arrendamento mercantil financeiro** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos; **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2014		2013	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	1.271.044	1.280.689	997.103	1.021.601

(a) Valores brutos dos custos de transação. (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item "Hierarquia do valor justo", abaixo. Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente. **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A Companhia emitiu debêntures da 2ª série, da 4ª emissão, remuneradas a 2,71% ao ano sobre a variação do IPCA, sendo que na mesma data da emissão foi firmado contrato de *swap* trocando a remuneração por 88,95% do CDI. Além disso, emitiu debêntures da 5ª emissão, remuneradas a 4,88% ao ano, sobre a variação do IPCA, sendo que na mesma data da emissão foi firmado contrato de *swap* trocando a totalidade da remuneração por 98% do CDI. Em 27 de outubro, a Companhia emitiu debêntures da 6ª Emissão. séria única, remuneradas a 5,428% ao ano sobre a variação do IPCA, sendo que na mesma data da emissão foram firmados contratos de *swap* trocando a remuneração por CDI. A Administração da Companhia entendeu que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R$ 886.245 em 31 de dezembro de 2014. Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa n° 14. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	2014	2013
Aplicações financeiras	121.507	90.791
Debêntures	(849.238)	(565.921)
Derivativos	15.063	(16.716)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures, de série única.

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de referência (Nocional) Moeda Local 31/12/14	31/12/13	Valor Justo Moeda Local 31/12/14	31/12/13	Valores Brutos Liquidados Moeda Local Recebidos/(Pagos) 31/12/14	31/12/13	Efeito Acumulado: Valores a receber/(recebidos) 31/12/14	31/12/13	Valores a pagar/(pagos) 31/12/14	31/12/13	Resultado: Efeito acumulado ganho/(perda) 31/12/14	31/12/13
Posição ativa	Merryl Linch	28/05/2013	16/10/2017	IPCA + 2,71%	141.170	141.170	143.238	131.566	(8.651)	(2.454)	13.860	-	(10.129)	(6.249)	1.329	(8.703)
Posição passiva				88,95% do CDI	-	-	(139.507)	(137.815)	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição ativa	Itaú	17/10/2013	15/10/2018	IPCA + 4,88%	450.000	450.000	472.391	443.679	(21.677)	-	42.659	-	(27.070)	(10.467)	4.379	(10.467)
Posição passiva				98% do CDI	-	-	(456.802)	(454.146)	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019	IPCA + 5,42%	100.000	-	99.432	-	-	-	3.732	-	(5.762)	-	(2.030)	-
Posição passiva				98,90% do CDI	-	-	(101.462)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019	IPCA + 5,42%	100.000	-	99.432	-	-	-	4.167	-	(5.621)	-	(1.454)	-
Posição passiva				97,65% do CDI	-	-	(100.886)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição ativa	Votorantim	27/10/2014	15/10/2019	IPCA + 5,42%	50.000	-	49.716	-	-	-	2.049	-	(2.822)	-	(773)	-
Posição passiva				97,85% do CDI	-	-	(50.489)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2014					841.170	591.170	15.063	(16.716)	(30.328)	(2.454)	66.467	-	(51.404)	(16.716)	1.451	(19.170)

(1) O contrato possui vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	2014	2013
Riscos de juros	1.451	(19.170)

Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Em entendimento à Instrução CVM nº 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade referentes aos juros e variações monetárias. Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2015 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R$[5]	Efeito em R$ no resultado: Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	155.062	(14.433)	(17.004)	(19.575)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	490.876	(56.622)	(64.895)	(73.167)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	556.084	(67.180)	(76.488)	(85.794)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2017	(155.292)	14.465	17.043	19.621
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	(490.876)	56.622	64.895	73.167
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(255.741)	30.896	35.176	39.457
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	144.056	(14.612)	(18.237)	(21.851)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	460.145	(51.680)	(64.576)	(77.463)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	254.828	(28.679)	(36.143)	(43.361)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	970.045	(121.914)	(152.557)	(183.263)
BNDES	Aumento da TJLP	Fevereiro de 2017	97.989	(7.077)	(8.320)	(9.564)
Total do efeito de ganho ou perda				(260.214)	(321.106)	(381.793)

As taxas de juros consideradas foram [1]:

CDI [2]	11,57%	14,46%	17,36%
IPC-A [3]	6,12%	7,65%	9,18%
TJLP [4]	5,00%	6,25%	7,50%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo. Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2014, divulgada pela CETIP; (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil. (4) Refere-se à taxa de 31/12/2014, divulgada pela BNDES; (5) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2014, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

23. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia foram resumidas a seguir: • Riscos de engenharia - ampliação e melhoramentos, cobertura de obra - R$ 92.295; • Riscos de engenharia - conservação e manutenção - R$ 25.000; • Riscos patrimoniais / operacionais - R$ 78.800; • Responsabilidade civil - R$ 98.500; • Perda de receita - R$ 175.012. Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R$ 417.819, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente. Veículos: Cobertura para danos materiais de R$ 76.000 (R$ 500 por veículo) e para danos morais de R$ 15.200 (R$ 100 por veículo).

24. Compromissos vinculados a contratos de concessão: *a. Compromissos com o Poder Concedente:* Outorga fixa: Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal 2014	2013	Valor presente 2014	2013
Outorga fixa	977.717	1.188.399	900.520	1.043.237

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2014, estavam assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2015	293.315	285.693
2016	293.315	272.089
2017	293.315	259.132
2018	97.772	83.606
	977.717	900.520

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto. No decorrer do exercício de 2014 foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 282.658 (sendo R$ 246.899 em caixa e R$ 35.759 através de encontro de contas financeiros referente ao direito de outorga fixa (R$ 264.041 no exercício de 2013, sendo R$ 232.790 em caixa e R$ 31.251 através de encontro de contas financeiros). A Companhia está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo n° 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas. **Outorga variável:** Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta, exceto para os meses de julho, agosto, setembro, novembro e dezembro, cuja alíquota foi de 1,5% conforme autorizado pelo Poder Concedente. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi pago ao Poder Concedente o montante de R$ 29.392 referente ao direito de outorga variável (R$ 45.535 no exercício de 2013).

continua

imprensaoficial Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo CASA CIVIL GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quinta-feira, 5 de março de 2015 às 03:39:33.